

## RECLAMAÇÃO 31.012 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**RECLTE.(S)** : LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
**ADV.(A/S)** : CRISTIANO ZANIN MARTINS E OUTRO(A/S)  
**RECLDO.(A/S)** : RELATOR DA PET Nº 7670 DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS  
**BENEF.(A/S)** : NÃO INDICADO

### DECISÃO

Trata-se de Reclamação, proposta com fundamento nos arts. 102, I, "I", da CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, e 988, inciso I, do Código de Processo Civil, contra ato de Ministro do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, proferido nos autos da PET 7.670.

Consta dos autos, em síntese, que o reclamante foi condenado à pena de 9 anos e 6 meses de reclusão pela prática dos crimes descritos no art. 317, § 1º (corrupção passiva majorada), do Código Penal, e no art. 1º, *caput*, V, da Lei 9.613/1998 (lavagem de dinheiro).

Interpostos recursos de apelação, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu parcial provimento ao pleito ministerial, a fim de exasperar a reprimenda para 12 anos e 1 mês de reclusão. Na sequência, determinou-se o início da execução antecipada da pena.

Contra esse acórdão, a defesa interpôs recursos especial e extraordinário. Em momento anterior ao juízo de admissibilidade pela Corte Regional, o reclamante apresentou pedido de efeito suspensivo aos Tribunais Superiores. No SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, o pleito foi autuado, em 5/6/2018, como PET 7.670, e distribuído ao Ministro EDSON FACHIN.

Diante da superveniente inadmissão do recurso extraordinário interposto pela defesa, em 22/6/2018, a autoridade reclamada julgou prejudicado o pedido de efeito suspensivo. A referida decisão foi impugnada pela defesa, em 25/6/2018, mediante agravo regimental por meio do qual se postulou a reconsideração ou a reforma do ato recorrido.

## RCL 31012 / DF

Em despacho, o Ministro EDSON FACHIN manteve a decisão recorrida, bem como procedeu à afetação do recurso ao Tribunal Pleno, sob os seguintes fundamentos:

Ao interpor a parte agravo regimental, deduziu, na peça processual respectiva, simultaneamente, a existência de fato novo *“consistente na interposição, na origem, do agravo contra a decisão denegatória de seguimento de recurso extraordinário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme comprova a documentação anexa”*.

Tal evidenciaria, segundo o agravante, a possibilidade de reconsideração ou reforma da decisão prolatada em 22.6.2018 na medida cautelar requerida em favor de Luiz Inácio Lula da Silva, na qual se pleiteia a concessão de efeito suspensivo em recurso extraordinário.

A ilustre defesa aduz a probabilidade de provimento do aludido recurso excepcional, bem como que a imediata eficácia da decisão recorrida acarreta dano irreparável à esfera jurídica do requerente.

Nessa ambiência, argumenta que os *“dias em que [o] requerente é mantido indevidamente detido jamais lhe serão devolvidos”*, bem como que se trata de *“pré-candidato à Presidência da República que, além de ver sua liberdade tolhida, corre sérios riscos de ter, da mesma forma, seus direitos políticos indevidamente cerceados, o que, em vista do processo eleitoral em curso, mostra-se gravíssimo e irreversível”*.

Registro que, ao tempo da formalização da MC na Pet. 7.670/PR, o recurso extraordinário interposto pela defesa encontrava-se pendente do juízo de admissibilidade na origem, como, aliás, assentei em despacho de 15.6.2018, cenário apto a atrair, naquele momento, a incidência dos verbetes sumulares 634 e 635 desta Suprema Corte.

O panorama inicial, portanto, à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, inclusive espelhada nos aludidos verbetes sumulares, revelava adequada a remessa à Segunda Turma.

Nada obstante, verificou-se a superveniência de inadmissão, na origem, do recurso extraordinário interposto pela defesa, o que resultou na decisão de 22.6.2018 em que assentei o prejuízo da Pet. 7.670/PR.

Agora, noticia a defesa que aquele pronunciamento da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi impugnado pelo respectivo agravo em recurso extraordinário.

O quadro processual, portanto, não mais se refere à incidência dos verbetes sumulares 634 e 635, eis que se implementou juízo de admissibilidade na origem, ainda que negativo, impugnado via pretensão recursal posta no agravo noticiado.

Em verdade, esse novo cenário, derivado da interposição na origem do agravo em recurso extraordinário, e aqui no STF de agravo regimental, se, em juízo colegiado for reformada a decisão que proferi sobre a prejudicialidade, pode desafiar a aferição, mesmo que em cognição sumária própria da tutela cautelar, dos requisitos constitucionais e legais de admissibilidade do recurso extraordinário, notadamente da caracterização das hipóteses de repercussão geral, competência que, em última análise, é exercitada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

A apreciação plenária, por outro lado, constitui, no caso, exigência expressa do art. 26-C da Lei Complementar n. 64/90, tendo em vista que se postula o acolhimento do pedido, *“suspendendo-se os efeitos das decisões recorridas e inviabilizando a execução provisória da pena até o julgamento final do caso pelo Supremo Tribunal”*. Com efeito, menciono o disposto no citado artigo:

“Art. 26-C. O órgão colegiado do tribunal ao qual couber a apreciação do recurso contra as decisões colegiadas a que se referem as alíneas d, e, h, j, l e n do inciso I do art. 1º poderá, em caráter cautelar, suspender a inelegibilidade sempre que existir plausibilidade da

pretensão recursal e desde que a providência tenha sido expressamente requerida, sob pena de preclusão, por ocasião da interposição do recurso.”

Anoto, por fim, que a remessa ao Plenário pelo Relator, constitui atribuição autorizada nos termos dos artigos 21, I, e 22, ambos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), cujo exercício discricionário foi reconhecido no HC 143.333/PR, de minha relatoria, julgado em 12.4.2018 pelo Tribunal Pleno,

Diante do exposto, **mantenho a decisão agravada e submeto o julgamento do presente agravo regimental à deliberação do Plenário**, sem prejuízo de propiciar prévia manifestação da Procuradoria-Geral da República, observando-se, para tanto, o prazo regimental (art. 50, §1º, RISTF)

*Nesta ação, a defesa sustenta, em linhas gerais, que “o eminente ministro EDSON FACHIN, que, ao remeter os autos do Agravo Regimental na PET 7670 à cognição do Plenário desse Supremo Tribunal Federal, sem fundamentação idônea e sem amparo nas normas legais e regimentais de regência, fez usurpar, indevidamente, a competência da 2ª Turma”.*

*Afirma que a autoridade reclamada “retirou arbitrariamente a competência da 2ª Turma para julgar o pedido do Reclamante — violando as garantias fundamentais do juiz natural (art. 5º, LIII,CF), da isonomia (art. 5º, I, CF) e da fundamentação idônea das decisões judiciais (art. 93, IX, CF), além de afrontar as disposições do RISTF que tratam da matéria”.*

*Aponta “intenção deliberada em remeter o processo do Reclamante para apreciação por outro órgão colegiado ante o temor de que o resultado do julgamento por seu juiz natural, a 2ª Turma, pudesse conduzir a resultado que lhe fosse favorável — situação aparentemente indesejada pelo Relator”.*

Requer, em âmbito liminar, a suspensão da execução provisória. No mérito, busca a confirmação da providência, bem como o reconhecimento da competência da Segunda Turma do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para julgar a PET 7.670 e seus feitos decorrentes.

Por Petição (Doc. 23), a defesa postula a remessa dos *autos para livre distribuição aos Ministros da Egrégia 2ª Turma, excluída a Autoridade*

## RCL 31012 / DF

*Reclamada, com fulcro no que dispõe o art. 988, § 1º, do CPC, bem como art. 9º, I, c, e art. 67, § 8º, ambos do RISTF.*

É o relatório.

Decido.

A defesa se insurge contra ato do Ministro EDSON FACHIN, relator na PET 7.670, que submeteu o julgamento de agravo regimental interposto contra sua decisão monocrática ao Plenário desta CORTE, com base nos artigos 21 e 22 do Regimento Interno.

Após apontar *arbitrariedade, violação ao princípio do juiz natural, da isonomia e da fundamentação idônea das decisões judiciais* no ato impugnado, a defesa alega, ainda, desvio de finalidade na atuação do Ministro-relator, que teria *“intenção deliberada em remeter o processo do Reclamante para apreciação por outro órgão colegiado ante o temor de que o resultado do julgamento por seu juiz natural, a 2ª Turma, pudesse conduzir a resultado que lhe fosse favorável – situação aparentemente indesejada pelo Relator”*; para concluir com requerimento de retorno do julgamento do referido agravo para a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Em resumo, a defesa requer que o julgamento da PET 7.670 seja realizado pela 2ª Turma e não pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Da mesma maneira, em posterior petição juntada aos autos, a defesa pretende que a presente Reclamação seja distribuída somente entre os Ministros da 2ª Turma, excluída a autoridade reclamada.

Não assiste razão a nenhuma das pretensões da defesa.

Em primeiro lugar, duvidoso o cabimento da reclamação na presente hipótese, uma vez que não houve usurpação externa de competência desta SUPREMA CORTE e, conseqüentemente, não se vislumbra a necessidade de sua preservação, como exigido constitucionalmente pelo artigo 102, I, “I”, para o cabimento da reclamação, configurando, aparentemente, instrumento *“juridicamente incabível contra o Presidente e os Ministros do Supremo Tribunal Federal”* (Rcl 2.106, Rel. Min. CELSO DE

## RCL 31012 / DF

MELLO, DJ de 8/8/2002).

Em segundo lugar, inexistiu qualquer violação ao Princípio do Juiz Natural, pois a competência constitucional é desta SUPREMA CORTE, que tanto atua por meio de decisões individuais de seus membros, como por atos colegiados de suas Turmas ou de seu órgão máximo, o Plenário, nos limites jurisdicionais estabelecidos pelo Regimento Interno (Rcl 27.685-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 18/12/2017; Rcl 27.049-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 4/12/2017; Rcl 19.526-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 14/5/2015; Rcl 13.996-AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 11/6/2013).

Em decisão devidamente fundamentada no Regimento Interno, o Ministro relator EDSON FACHIN, exercendo seus poderes de instrução e ordenação do processo, submeteu o julgamento do agravo ao Plenário da CORTE, como autorizam os artigos 21 e 22. Não houve ferimento ao Devido Processo Legal ou ao Princípio do Juiz Natural; garantias fundamentais que, diferentemente do que ocorria nos textos constitucionais anteriores, foram incorporadas ao texto da Constituição brasileira de 1988.

Nessas hipóteses regimentais, o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL torna-se o *Juízo Natural* para a realização do *Devido Processo Legal* das questões afetadas, seja pelo próprio Ministro relator, seja por uma das Turmas; com, obviamente, toda independência e imparcialidade necessárias para a decisão.

A imparcialidade do Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal encontram nesses imprescindíveis princípios, proclamados nos incisos LV, XXXVII e LIII do art. 5º da Constituição Federal, suas garantias indispensáveis, como essencial “fator de limitação dos poderes persecutórios do Estado” (STF, 1ª T., HC 69.601/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO), em defesa da concretização do Estado de Direito (Tribunal Constitucional Federal Alemão, Decisão do Primeiro Senado de 20 de março de 1956, 1 BvR 479/55).

## **RCL 31012 / DF**

O juiz natural é o órgão do Poder Judiciário, investido de todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal, e cuja competência tenha sido determinada por regras objetivas previamente editadas para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

Na presente hipótese, portanto, a competência do STF, pela interpretação das regras constitucionais, legais e regimentais, poderá ser exercida pelo Plenário, salvo se esse órgão máximo do Tribunal recusar. Inexiste, portanto, ilegalidade no ato impugnado, como reafirmado recentemente em decisão Plenária (HC 143.333/PR, rel. Min. EDSON FACHIN).

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO o pedido de nova distribuição somente entre os Ministros da 2ª Turma, excluída a autoridade reclamada, pois a distribuição foi regularmente realizada, nos termos do art. 67, § 8º, do RISTF, e JULGO IMPROCEDENTE esta RECLAMAÇÃO.

Publique-se.

Brasília, 29 de junho de 2018.

**Ministro ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*